

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 3553, DE 2021

Altera os arts. 57 e 175 da Lei nº 9.279, de 1996, incluindo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI no pólo passivo da relação processual, quando o mesmo não for autor, na forma dos arts. 56 e 173 da mesma Lei.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado VITOR LIPPI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3553/21, de autoria do nobre deputado Carlos Bezerra, apresenta alterações na Lei nº 9.279, de 1996, que regula direito e obrigações relativos à propriedade industrial.

A modificação proposta busca determinar que o INPI possa agir em processos de nulidade ao lado do autor da ação quando este tiver a razão diante do reexame da matéria realizado pelo instituto. Sendo assim, o INPI poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

O autor justifica que, em muitos casos, “após o início de uma ação judicial por terceiros, o INPI argumenta que realizou o reexame da matéria e verificou que o autor teria razão, e solicita ao juiz uma alteração no quadro processual, para que passe a atuar como assistente do autor.” A alteração legislativa, portanto, promove maior celeridade ao processo com vistas à solução processual diante da verificação pelo INPI.

O Projeto de Lei nº 3553, de 2021 foi distribuído em 11/11/2021, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, em regime de tramitação ordinário. Nesta nova legislatura, houve sua redistribuição às Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Indústria, Comércio e Serviços.

Encaminhada ao nosso Colegiado recebemos a honrosa missão de relatar a proposição em 06/06/2024. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.



Cabe-nos agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3553/21, de autoria do nobre deputado Carlos Bezerra, visa dar maior celeridade ao processo de ação de nulidade de patente e ao processo administrativo de nulidade do registro de marca.

A propriedade industrial tem importante relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a promoção da inovação em nosso país. O registro de propriedade proporciona direitos exclusivos aos titulares, o que incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações em todas as áreas e setores da economia. Ao assegurar direitos de propriedade, se assegura também a integridade do mercado, visto que se atenua o uso indevido por terceiros, perdas financeiras, danos à reputação e à capacidade de inovação.

Os direitos de propriedade industrial estão garantidos pela Lei nº 9.279, de 1996, que traz os parâmetros de proteção da marca e da patente como ativos intangíveis registrados pelo INPI. Na referida legislação existe a previsão acerca dos processos e prazos para os registros, critérios, sua licença, revogação e nulidade.

A Lei também prevê que tanto na ação de nulidade de patente, como na ação de nulidade de registro de marca, o INPI atuará como interessado mesmo quando não for autor. Entretanto, não deixa explícita a forma de atuação da autarquia quando esta não for autora, restando ao INPI solicitar ao juízo a alteração para atuar como assistente do autor. Essa situação provoca maiores custas e morosidade ao processo. Além disso, atuar como assistente do autor não é interessante, visto que a ação do INPI não pode ser subordinada ou lateral a atuação do autor originário, tal como um assistente. Caso esteja somente como um assistente, o INPI não poderia, por exemplo, se manifestar contrário ao autor diante da procedência do pedido, caso este desista da ação e renuncie ao direito. Enquanto os demais agentes de uma relação processual possuem interesses próprios, de cunho patrimonial, o interesse do INPI é de tutelar a política nacional de propriedade industrial, pelo desenvolvimento do país, a livre concorrência e pela defesa do consumidor, ou seja, interesses públicos.



Apresentação: 07/08/2025 13:09:16.637 - CDE
PRL 1 CDE => PL 3553/2021

Print 1

Apresentação: 07/08/2025 13:09:16.637 - CDE
PRL 1 CDE => PL 3553/2021

Apresentação: 07/08/2025 13:09:16.637 - CDE
PRL 1 CDE => PL 3553/2021

Apresentação: 07/08/2025 13:09:16.637 - CDE
PRL 1 CDE => PL 3553/2021

Apresentação: 07/08/2025 13:09:16.637 - CDE
PRL 1 CDE => PL 3553/2021



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3553, DE 2021

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 57.

§ 1º

§ 2º O INPI será intimado para se manifestar após o decurso do prazo de contestação do titular da patente.

§ 3º O INPI poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá migrar de polo, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

§ 4º O INPI poderá prosseguir na demanda ainda que o autor originário reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

§ 5º Eventual migração de polo pelo INPI não impõe o rateio de despesas processuais.

§ 6º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.” (NR)

“Art. 175.

§ 1º



§ 2º O INPI será intimado para se manifestar após o decurso do prazo de contestação do titular do registro.

§ 3º O INPI poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá migrar de polo, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

§ 4º O INPI poderá prosseguir na demanda ainda que o autor originário reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

§ 5º Eventual migração de polo pelo INPI não impõe o rateio de despesas processuais.

§ 6º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado VITOR LIPPI
Relator

